



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

1 **CONSELHEIROS PRESENTES**

2 Sérgio Godinho – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social,  
3 Urbano e Meio Ambiente Presidente do CERH.

4 Christian Guy Caubet – representante titular da Federação das Entidades Ecologistas  
5 Catarinense.

6 Ana Carolina Casagrande Nogueira – representante suplente da Federação das Entidades  
7 Ecologistas Catarinense.

8 José Maurício Manzochi – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina

9 Luiz Antônio Garcia Corrêa – representante suplente da Fundação do Meio Ambiente.

10 Lauro Zanatta – representante suplente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas.

11 Valdez Rodrigues Venâncio – representante suplente da Companhia de Polícia de Proteção  
12 Ambiental.

13 Silvio Thadeu de Menezes – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e  
14 Política Rural.

15 Edson Cascaes Lisboa – representante suplente da Associação Brasileira de Irrigação e  
16 Drenagem.

17 Ciro Loureiro da Rocha – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos  
18 Hídricos.

19 Luís Henrique Silva – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de  
20 Santa Catarina.

21 Sebastião Rosa – representante titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no  
22 Estado de Santa Catarina.

23 Osmar Silvério Ribeiro – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e  
24 Saneamento.

25 Alberto Odon May – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros.

26 Paulo José Aragão – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

27 Beate Frank – representante titular da Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

28 Jobson Martinho – representante suplente da Federação Catarinense das Associações de  
29 Municípios.

30 Reinaldo Di Bernardi – representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

31 **REPRESENTANTES DA SDS**

32 Héctor Raúl Muñoz Espinosa – Secretário Executivo do CERH e Diretor de Recursos  
33 Hídricos.

34 Rui Batista Antunes – Gerente de Gestão de Recursos Hídricos.

35 Giampaolo Marchesini – Gerente de Monitoramento de Recursos Hídricos.

36 Marta Kracik – Assistente Técnico da Gerência de Gestão de Recursos Hídricos.

37 Guilherme Xavier de Miranda – Assistente Técnico da Gerência de Monitoramento de  
38 Recursos Hídricos.

39 Hilbert Hubert – Auxiliar Técnico da Gerência de Gestão de Recursos Hídricos.

40 Flávia do Nascimento Madruga – Auxiliar Técnico da Gerência de Gestão de Recursos  
41 Hídricos.

42 Karla Scur – Gerente de Educação Ambiental.

43 Afonso Veiga Filho – Diretor de Saneamento.



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

- 44 Hironildo Pereira Filho – Diretor de Desenvolvimento Urbano.  
45 Marilane Pereira Lentz – Consultora Jurídica.  
46 Roberto Struve – Diretor de Assistência Social.  
47 **CONVIDADOS**  
48 Cosme Polese – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio  
49 Canoas.  
50 Cezar Paulo de Luca – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do  
51 Rio Araranguá.  
52 Adgar Zeferino Bittencourt – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia  
53 Hidrográfica do Rio do Peixe.  
54 Joni Stolberg – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio  
55 Jacutinga.  
56 Ronaldo Klitzke – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio  
57 Itapocu.  
58 Antônio Marinaldo Reinelli – Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia  
59 Hidrográfica do Rio Timbó.  
60 Sady Zago – Secretário Executivo do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do  
61 Rio do Peixe.  
62 Érico Porto Filho – Secretário Executivo do Comitê de Gerenciamento da Bacia  
63 Hidrográfica da Lagoa da Conceição.  
64 Tadeu Santos – ONG Sócios da Natureza.  
65 Eduardo Peixoto – Instituto Baleia Franca.  
66 José de Anchieta – SulConsult.  
67 Carlos Climaco – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.  
68 Assuntos Discutidos:  
69 Início: 14h45min Término: 18h02min  
70 Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e  
71 quatro, no auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio  
72 Ambiente – SDS, na Avenida Mauro Ramos, setecentos e vinte e dois, reuniram-se os  
73 acima nominados, para discutir sobre os seguintes assuntos, conforme a ordem do dia: 1.  
74 Posse do novo Presidente e de novos conselheiros; 2. Aprovação da Ata da última Reunião  
75 do CERH; 3. Aprovação das Deliberações 17 e 18 do Comitê de Gerenciamento da Bacia  
76 Hidrográfica do Rio Itajaí; 4. Aprovação da composição das Comissões Executivas  
77 Regionais para acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 5. Apresentação  
78 do Projeto Microbacias BIRD II – Componente Gestão Ambiental e Ajuste Fiscal do  
79 Estado; e Assuntos Gerais: \* Situação da adequação da Política Estadual de Recursos  
80 Hídricos; \* Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio  
81 Uruguai – PRÓ RIO URUGUAI – AQUÍFERO GUARANI. Decreto nº 1.669, de 14 de  
82 abril de 2004; \* Informações sobre o encaminhamento das Resoluções 001 e 004 do CERH;  
83 \* Informações sobre o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos – SEIRH /  
84 Cadastro de Usuários; \* Informações sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos –  
85 FEHIDRO. O Secretário Executivo deste Conselho, senhor Héctor Raúl Muñoz Espinosa,  
86 iniciou a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos devido à impossibilidade de



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

87 comparecimento no horário marcado do Presidente do Conselho, Secretário Sérgio  
88 Godinho. O Secretário Executivo propôs a inversão de pauta, passando para primeiro ponto  
89 a aprovação da Ata da última Reunião do Conselho. Informou que como de praxe, todos os  
90 conselheiros haviam recebido a Ata da última Reunião, para a dispensa da leitura da mesma  
91 em reunião. Antes de passar a palavra para que fossem feitas as possíveis manifestações  
92 quanto ao texto da Ata, solicitou que os presentes que fizessem uso da palavra se dirigissem  
93 ao microfone, pois esta Reunião, tal como as anteriores, estava sendo gravada para facilitar  
94 a confecção da respectiva Ata. Passando a palavra, o conselheiro Edson Cascaes Lisboa  
95 solicitou que na linha 85 fosse alterado de “Associação Brasileira de Água e Drenagem”  
96 para “Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem”. A Conselheira Ana Carolina  
97 Casagrande solicitou que na linha 8 fosse alterado de “Associação de Entidades Ecológicas  
98 Catarinense” para “Associação de Entidades Ecologistas Catarinense”. O conselheiro José  
99 Maurício Manzochi solicitou que na linha 6 fosse alterado de “representante titular” para  
100 “representante suplente”, e também que na linha 75 fosse alterado de “Gritz” para “Grittes”.  
101 Após estas indicações de alterações, que foram acatadas, foi aprovada a Ata da Terceira  
102 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa  
103 Catarina. Na seqüência, o Presidente do Conselho, Secretário Sergio Godinho chegou à  
104 reunião. Aproveitando a presença do mesmo, o Secretário Executivo indicou a presença de  
105 representantes de sete Comitês, conforme relação do Item: Convidados desta Ata. O senhor  
106 Rui informou que o Comitê do Rio Cubatão do Norte justificou sua ausência, e em seguida  
107 leu o termo de posse do Secretário Sérgio Godinho, representante titular da Secretaria de  
108 Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente e do representante titular da  
109 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, conselheiro  
110 Sebastião Rosa. Após a posse, o Presidente fez uso da palavra, saudando a todos e  
111 afirmando que era mais uma emoção dentro de sua vida pública, assumir a presidência do  
112 Conselho. Disse ainda que ao tomar posse como presidente do Conselho Estadual de  
113 Recursos Hídricos reitera o compromisso de governo de fortalecer o sistema de  
114 gerenciamento dos recursos hídricos, mediante a implementação dos instrumentos de  
115 gestão. Ressaltou que seria apenas com a implementação dos planos de bacias, aprovados e  
116 acompanhados pelos respectivos Comitês, que estes poderão de fato definir e fiscalizar as  
117 prioridades de uso da água de cada bacia. Afirmou ainda que somente com um Sistema de  
118 Informações estruturado e permanentemente atualizado será possível monitorar a  
119 implementação dos planos de bacias e o exercício da outorga e da cobrança pelo uso da  
120 água. Além disso declarou que com a implementação prática da outorga do direito de  
121 captação e consumo de águas o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,  
122 através dos Comitês, do Órgão Gestor e do Conselho Estadual poderão administrar conflitos  
123 entre usuários e é também através da outorga de lançamento de efluentes que o sistema de  
124 gerenciamento de recursos hídricos poderá contribuir no controle da poluição de nossos  
125 rios. Reiterou o compromisso de implantar a cobrança pelo uso de recursos hídricos  
126 somente após longo debate em cada comitê de bacia e somente depois de ter estabelecido  
127 todos os mecanismos legais para que ela possa efetivamente voltar a bacia de origem e de  
128 contribuir o máximo para o fortalecimento do Conselho nas funções que lhe competem.  
129 Registrou que, como Secretário de Estado e como presidente do Conselho Estadual, estão



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

130 sendo feitos esforços para que o Estado, apesar da difícil situação financeira que está  
131 passando, se integre efetivamente ou ativamente nas atividades que haverão de conduzir a  
132 elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Informou que a convicção de que o  
133 fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento das águas passa necessariamente  
134 pelo fortalecimento dos Comitês de Bacias; por isso a iniciativa dos técnicos da SDS em  
135 incluir quinhentos mil reais no orçamento do Estado para manutenção dos Comitês de  
136 Bacias. Finalizando sua fala, declarou que os conselheiros poderiam contar com ele como  
137 um entusiasta e defensor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. A  
138 seguir o Secretário Executivo passou ao item Aprovação das Deliberações nº 17 e 18 do  
139 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Informou então que todos os  
140 conselheiros receberam cópias das deliberações, que não haveria uma apresentação formal  
141 do Comitê Itajaí, mas a conselheira Beate Frank, que representa a ACAFE no Conselho e,  
142 ainda, era Vice-Presidente do Comitê, se desejasse poderia apresentar ou explicar algo  
143 sobre as deliberações. Abriu então a palavra para quem necessitasse de algum  
144 esclarecimento ou desejasse fazer alguma observação. Como não houve manifestação, as  
145 deliberações foram aprovadas. A seguir, o Secretário Executivo informou que os  
146 conselheiros e os presidentes de Comitês de Bacias estavam recebendo um material recém-  
147 publicado pela Secretaria Nacional de Recursos Hídricos sobre o Plano Nacional de  
148 Recursos Hídricos e que faria uma breve exposição acerca do processo de formulação do  
149 mesmo. O Presidente solicitou a palavra para informar que estava recepcionando uma  
150 Comitiva da China, e teria que levar a mesma para uma audiência na Assembléia  
151 Legislativa. Afirmou que retornaria tão logo o compromisso acabasse. O conselheiro  
152 Christian Caubet lamentou a saída do Presidente quando seriam definidas as representações  
153 nas Comissões Executivas Regionais para Elaboração do Plano Nacional de Recursos  
154 Hídricos. Na seqüência o Secretário Executivo iniciou sua apresentação sobre o Plano, que  
155 é coordenado nacionalmente pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio  
156 Ambiente. Informou que essas Comissões teriam a função de articulação técnica e política,  
157 visando apoiar regionalmente o desenvolvimento e a execução do Plano Nacional de  
158 Recursos Hídricos, e que deveriam estar formalizadas até o dia trinta de junho, conforme  
159 cronograma estabelecido pela Coordenação Nacional. Esta Coordenação Nacional irá  
160 elaborar Termos de Referência genéricos, que serão discutidos e adequados para as  
161 respectivas regiões entre os meses de julho e agosto. No entanto, essas Comissões não  
162 possuem caráter deliberativo. O resultado deste trabalho servirá de referência para o  
163 consultor que será contratado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio  
164 Ambiente para montar os chamados Cadernos Regionais, que deverão estar concluídos até  
165 outubro. Estes cadernos terão o diagnóstico de cada região hidrográfica, com a  
166 caracterização, o levantamento dos anseios da população da região, os principais conflitos e  
167 problemas que nortearão a definição de linhas e diretrizes estratégicas que deverão compor  
168 o Plano Nacional de Recursos Hídricos. As Comissões Executivas Regionais serão  
169 constituídas por no mínimo 12 e no máximo 16 representantes. Cada um destes  
170 representantes poderá incluir três pessoas na discussão do trabalho dos Cadernos Regionais.  
171 Acontecerão também Encontros Públicos Estaduais e os Seminários Nacionais, para  
172 apresentação e consolidação das metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Os



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

173 representantes nas Comissões Executivas Regionais deverão ter disponibilidade para  
174 participar e viajar. Para financiar a participação destes representantes, a única possibilidade  
175 assinalada foi o custeio do representante da sociedade civil que comprovadamente não  
176 tenha condições de viajar. Para apresentar a metodologia e definir os segmentos a serem  
177 representados por cada Estado, a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos criou o Fórum  
178 Nacional de Secretários de Recursos Hídricos, que teve sua primeira reunião em março  
179 deste ano. A metodologia apresentada para composição dessas Comissões Regionais  
180 Executivas era de que fossem compostas por 25% de representantes do poder público  
181 estadual, 25% de representantes de usuários da região, 25% de representantes da sociedade  
182 civil da região e 25% de representantes da União. Desta forma, o número máximo possível  
183 de representantes de cada segmento é quatro. No final do mês de maio foi realizada uma  
184 reunião de articulação entre os Estados do Sul para definir os números de representantes  
185 correspondentes a cada Estado em cada um dos segmentos, mas a definição de quais seriam  
186 as entidades seria de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Santa  
187 Catarina participará de três Comissões Executivas Regionais: da Região Hidrográfica do  
188 Paraná, da Região Hidrográfica do Atlântico Sul e da Região Hidrográfica do Uruguai. Nas  
189 negociações e articulações com os outros Estados, o Secretário Executivo informou que  
190 Santa Catarina conquistou duas vagas para representantes da sociedade civil e uma vaga  
191 para representante do poder público na Região Hidrográfica do Paraná; uma vaga para  
192 representantes do poder público, duas vagas para representantes dos usuários e uma vaga  
193 para representante da sociedade civil na Região Hidrográfica do Atlântico Sul; duas vagas  
194 para representantes do poder público, duas vagas para representantes dos usuários e duas  
195 vagas para representantes da sociedade civil na Região Hidrográfica do Uruguai. O  
196 Conselho questionou se haveria suplente desses representantes, e o Secretário Executivo  
197 informou que não viu documento algum que versasse sobre suplência, mas que iria se  
198 informar. Visando o fortalecimento dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica  
199 do Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e  
200 Meio Ambiente, através da Diretoria de Recursos Hídricos propôs que os Comitês de cada  
201 uma das regiões hidrográficas citadas indicassem as entidades que eles julgavam  
202 representativa dos seus respectivos setores. O conselheiro Paulo Aragão manifestou-se  
203 dizendo que o Conselho estava recebendo uma deliberação pronta, um “prato feito”, sem ter  
204 discutido o assunto anteriormente. O Secretário Executivo declarou que era uma sugestão,  
205 que ele não tinha poder de voto e estava apenas apresentando uma sugestão ao Conselho. O  
206 senhor Érico Porto Filho pediu a palavra para dizer que o Conselho também tinha o direito  
207 de apresentar uma proposta. O conselheiro Paulo Aragão sugeriu então que a apresentação  
208 fosse interrompida e fosse iniciada a discussão. O Secretário Executivo afirmou que estava  
209 somente apresentando a proposta antes de passar a palavra. O senhor Rui Batista Antunes  
210 informou que a Secretaria Executiva precisava iniciar o processo de definição dessas  
211 Comissões e que a mensagem enviada aos Comitês de Bacias, solicitando a indicação das  
212 entidades dizia: “A sugestão desta Diretoria poderá ser aceita ou não, porém precisamos de  
213 uma definição por parte de todos os Comitês dessa região hidrográfica para discutirmos na  
214 reunião do CERH que ocorrerá no dia vinte e dois de junho”, e que portanto esta era a hora  
215 da discussão. O conselheiro Christian Caubet declarou que era membro do Conselho e que a



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

216 mensagem foi encaminhada para os Comitês e não foi para a sociedade civil. Declarou  
217 ainda que não poderia ser dito que essa sugestão foi comunicada para todos porque não foi,  
218 sendo isso um exercício de autoritarismo. O Secretário Executivo disse então que havia  
219 uma falha da Secretaria, pois acreditava que todos, presidentes de Comitês e conselheiros,  
220 tivessem recebido. O senhor Rui disse que gostaria que todos discutissem calmamente o  
221 assunto, para que fosse possível tirar uma conclusão. Ressaltou que a Coordenação  
222 Nacional não fala que os Comitês têm que decidir essas Comissões, mas sim o Conselho  
223 Estadual de Recursos Hídricos. Para prestigiar os Comitês foi solicitado que eles  
224 indicassem as entidades que eles julgassem mais representativas em suas bacias. Por isso  
225 nenhum conselheiro recebeu. Admitiu que foi uma falha, deveria ter sido enviada para os  
226 Conselheiros, mas os presidentes dos Comitês indicaram, para os conselheiros decidirem se  
227 aprovam as indicações ou não. O Secretário Executivo esclareceu que foi uma definição de  
228 critério, e o critério que havia sido definido era que a vaga fosse indicada pelos Comitês das  
229 regiões correspondentes, mas os conselheiros podem definir outro critério. Como os  
230 presidentes de Comitês de Bacia não têm direito a voto, o fato de eles terem indicado a  
231 entidade não prejudica a votação no Conselho. Em seguida, o Secretário Executivo passou a  
232 palavra para os conselheiros. O senhor Érico Porto Filho fez uso da palavra para  
233 inicialmente registrar que não era necessário que o Secretário Executivo lembrasse que os  
234 presidentes de Comitês não têm direito a voto no Conselho e os motivos desta  
235 impossibilidade, e também perguntou se os números para composição das Comissões  
236 Executivas Regionais estavam fechados ou ainda poderiam ser alterados. O Secretário  
237 Executivo informou que eram números fechados. Prosseguindo sua fala, o senhor Érico  
238 disse que estranhava que na Região Hidrográfica do Uruguai, que tem uma projeção de  
239 reservatórios em cascatas em operação, não ter um representante do setor da energia, pois a  
240 seu ver a energia naquela bacia vai ter uma representação até maior que a indústria.  
241 Continuando, o senhor Érico falou que havia sido exposto que a solicitação que foi feita  
242 para os Comitês de Bacias indicarem representação partiu da Diretoria de Recursos  
243 Hídricos, mas no mesmo momento foi dito que não seriam os Comitês que participariam  
244 dessas Comissões ou indicariam essas Comissões. Com esta fala houve alguns protestos dos  
245 demais presentes, ao que o senhor Érico respondeu que havia escutado o que tinha sido dito,  
246 que não seriam os comitês que indicariam os representantes, que a Diretoria de Recursos  
247 Hídricos resolveu fazer esse tipo de indicação para que os Comitês discutissem e  
248 apresentassem suas indicações. Prosseguindo sua fala, o senhor Érico declarou que se a  
249 Diretoria de Recursos Hídricos realmente acredita que os Comitês devem participar dessa  
250 discussão e indicação, deve incorporar este preceito no Conselho. Registrou ainda que os  
251 Comitês tiveram apenas uma semana para a discussão, que não é tempo hábil para os  
252 Comitês de Bacias reunirem-se ordinariamente e deliberarem sobre a questão; indicou  
253 somente os Comitês que receberam a comunicação via rede. Perguntou então qual seria o  
254 procedimento na reunião e informou que o Comitê de Gerenciamento da Lagoa da  
255 Conceição subscreveu um representante da sociedade civil, que integra a sociedade civil do  
256 Comitê, pela Universidade Federal de Santa Catarina. O Secretário Executivo esclareceu  
257 que uma das competências da Secretaria Executiva do Conselho é assessorar o Presidente,  
258 sendo este critério uma proposta, que tem as indicações dos Comitês que tiveram grande



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

259 aceitação da proposta, sendo importante que o Conselho soubesse deste fato. Ressaltou  
260 ainda que não era algo fechado e que nada estava sendo imposto. O conselheiro Christian  
261 solicitou a palavra para dizer que havia se omitido de falar ao microfone quando o  
262 Presidente havia se ausentado, e para que fosse devidamente registrado, informou que  
263 naquele momento ele queria comunicar na presença do Presidente era que o Conselho  
264 reputava o assunto de tal importância, que não deveria ser debatido na ausência dele.  
265 Registrou que a presente reunião coincidentemente foi convocada com uma antecedência  
266 suficiente, frisando que não era praxe das reuniões deste Conselho. Desta forma, mesmo  
267 sabendo que o Presidente tem muitas tarefas na sua Pasta, mas deveria ter reservado o dia  
268 da reunião em que se trata de fazer uma designação de importância, já que sua presença  
269 estava evidentemente requerida. Em relação à apresentação, o conselheiro primeiramente  
270 pediu desculpa pelo excesso verbal anterior, dele e de outros conselheiros, mas os  
271 conselheiros estavam recebendo um trabalho pré-preparado, feito entre integrantes de  
272 diversos poderes executivos dos Estados do Sul, sem que o resto da população interessada  
273 tenha sido minimamente consultada sobre o assunto. Declarou que os principais  
274 comentários eram acerca de quatro pontos. O primeiro era o ônus da participação incumbe  
275 ao Estado porque a participação neste tipo de Conselho, de acordo com a Constituição  
276 Estadual, era de relevante interesse social, portanto, não saberia dizer por que os  
277 Conselheiros deveriam estar dando seu tempo e seu talento e deveriam ainda pagar para  
278 poder suprir as deficiências do Estado e dar sua participação. Disse entender que tal como o  
279 Conselho Nacional de Meio Ambiente, à diferença do Conselho Nacional de Recursos  
280 Hídricos, que se recusa a financiar a participação, inclusive da sociedade civil, o Conselho  
281 Estadual de Recursos Hídricos deve ter recursos para financiar a presença dos seus  
282 representantes nessas Comissões Executivas Regionais. Quanto à participação efetiva, o  
283 conselheiro se dispôs a participar desde que fossem dadas as condições, não apenas as  
284 condições de participação efetiva em viagens, mas também de ser avisado com  
285 antecedência suficiente e evidentemente receber os textos, pois o texto que estava sendo  
286 discutido na reunião ele não havia recebido. Reforçou que era membro do Conselho, tendo  
287 o direito de ser informado de todos os documentos que sejam enviados para outros  
288 membros do Conselho e em função dos quais os membros vão deliberar. Prosseguiu  
289 exigindo que sua cidadania fosse plena e não amputada em relação a outros conselheiros. O  
290 terceiro ponto da fala do conselheiro Christian foi afirmar que Comitês de Bacias não são  
291 sociedade civil, mas sim poder público, uma vez que está na Lei Federal e está na Lei  
292 Estadual. Disse ainda que Comitê de Bacia é um órgão vinculado à administração pública  
293 federal, e que havia protestado contra esse ponto numa das poucas reuniões que pôde  
294 participar do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, porque era suplente da  
295 representação da sociedade civil, e desejava que os Comitês fossem autônomos. O  
296 conselheiro disse ainda que à época o Secretário foi taxativo, afirmando que um Comitê de  
297 Bacia era uma engrenagem da administração pública, por isso disse que não era para  
298 nomear Comitê de Bacia em nome da sociedade civil. Afirmou que estava defendendo os  
299 interesses da sociedade civil e pediu em nome da mesma, uma vaga na Comissão Regional  
300 Executiva do Atlântico Sul, através da Federação de Entidades Ecologistas Catarinense.  
301 Entregou, então, um ofício assinado pela coordenadora da Federação, solicitando que o



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

302 mesmo fosse protocolado. Prosseguiu dizendo se os Comitês de Bacias querem se defender  
303 porque representam o Governo do Estado, têm esse direito, mas a sociedade civil, de  
304 interesse público e de interesse privado, é outra coisa, existe outra Lei que rege essa  
305 matéria. Seu último ponto era quanto a fortalecer os Comitês de Bacias. Disse que  
306 acreditava que eles poderiam se ajudar, pois alguns membros de Comitês de Bacias já  
307 fizeram um trabalho extraordinário com resultados extraordinários, independente da ajuda  
308 que receberam do Estado. Por isso mesmo, o conselheiro disse causar muita estranheza que  
309 o Estado quisesse fortalecer os Comitês de Bacias e decidir que eles ocupem vagas da  
310 sociedade civil. Reiterou a candidatura da FEEC para representar a sociedade civil naquela  
311 Comissão Executiva Regional, disse aguardar que outras candidaturas da sociedade civil se  
312 manifestassem para que a partir daquele momento houvesse uma discussão mais  
313 democrática. Por fim renovou o convite para assistir o lançamento de seu livro “A Água, a  
314 Lei, a Política... E o Meio Ambiente?”, na Universidade Federal de Santa Catarina. O  
315 Secretário Executivo pediu então que houvesse maior objetividade nas próximas falas  
316 devido ao grande número de inscritos. Para esclarecer declarou que não existia nenhuma  
317 proposta de indicar Comitês no lugar da sociedade civil, existia somente a proposta de que  
318 os Comitês indicassem o representante da sociedade civil que julgassem importantes em  
319 suas bacias. A seguir, passou a palavra ao conselheiro Paulo Aragão, que iniciou sua fala  
320 informando que estava sendo cobrado pela Direção Nacional da Associação Brasileira de  
321 Engenharia Sanitária, porque a seção Santa Catarina não estava participando do processo  
322 das Comissões Executivas Regionais. Prosseguiu dizendo que por duas ocasiões procurou a  
323 Secretaria, em busca de informações, sendo que somente no segundo contato tomou ciência  
324 que nesta reunião a composição das mesmas estariam sendo discutidas. Por isso informou  
325 de antemão que a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária era candidata a uma vaga  
326 na Comissão Regional Executiva do Atlântico Sul, pois a mesma tem cinco mil sócios no  
327 Brasil, fez parte do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da  
328 Conceição, fez parte do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, fez  
329 parte do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, e faz  
330 parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Por esses motivos afirmou que era muito  
331 justa a participação da entidade na Comissão do Atlântico Sul, onde existem conflitos  
332 enormes de saneamento. Agradeceu a oportunidade, passando a fala para a conselheira  
333 Beate Frank, que anunciou que gostaria de trazer três pontos para uma reflexão acerca do  
334 que estava sendo discutido. Inicialmente disse estar muito surpresa com o grande interesse  
335 nessa discussão, para um trabalho que nem será deliberativo, em um grupo de dezesseis  
336 pessoas que vão, em muito pouco tempo fazer algo que é extremamente sério, pois disse  
337 não acreditar que em tão reduzido tempo se conseguirá produzir um documento tão sério  
338 para uma aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Prosseguiu dizendo que o  
339 papel das Comissões estava sendo supervalorizado, como se fosse o mais importante para  
340 todos os presentes. Disse ainda que estava se levantando aquela discussão porque na  
341 verdade não se tinham condições de discutir o que realmente era importante, que era a  
342 outorga em Santa Catarina, os planos de bacias, ficando todos desesperados quando surge  
343 algo que ela declarou que não era grande coisa. Pediu então que as atenções fossem  
344 centradas no que era realmente importante para os conselheiros; pediu que todos se





**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

345 organizassem enquanto grupos para organizar o sistema de outorga catarinense, para  
346 construir metodologias participativas para os Planos de Bacias, pois isso era de extrema  
347 importância, não a participação em grupinhos de dezesseis pessoas. Falou então que poderia  
348 ser algo muito interessante mas acreditava que a questão era outra. Prosseguiu falando que  
349 era necessário pensar na criação de Câmaras Técnicas para que o Conselho fizesse o serviço  
350 de casa. Declarou ainda que este era o problema de fundo e era por isso que todos estavam  
351 desesperados para falar daquele assunto. Em segundo lugar, afirmou que sociedade civil  
352 não é Comitê de Bacia, comitês não são sociedade civil, mas que, no entanto, como todos  
353 sabiam, os Comitês de Bacias em Santa Catarina foram gerados por força da sociedade  
354 civil, e não pelo governo, mas pela sociedade civil que está interessada na água. E por essa  
355 sociedade civil ser o grupo mais forte dentro dos Comitês que seria justo ouvir as suas  
356 indicações. Prosseguiu dizendo que o grupo dos órgãos governamentais, como FATMA e  
357 CASAN, agora é que começaram a assumir presidência de Comitê. Além disso, falou que  
358 raramente havia visto as Organizações Não-Governamentais vinculadas ao Sistema da  
359 Federação de Entidades Ecologistas Catarinense – FEEC – fortemente atuando nos  
360 Comitês. Desta forma, prosseguiu declarando que o fato de cada Comitê ter sido abordado  
361 para perguntar “quem são os usuários que vocês indicam?” ou “quem é o representante da  
362 sociedade civil que vocês indicam pra esse trabalho?” foi justo e muito bem recebido de  
363 forma geral pelos Comitês. Partindo para o terceiro e último ponto, a conselheira falou da  
364 indicação do Vale do Itajaí para a vaga da sociedade civil. Disse que de fato o Comitê do  
365 Itajaí era o grupo que há mais tempo estava trabalhando na gestão de recursos hídricos, oito  
366 anos no total, tendo uma atuação forte e detalhada na revisão da legislação estadual,  
367 representando, em termos de água naquela região, um milhão de pessoas, sendo portanto o  
368 grupo mais expressivo em termos quantitativos da população de Santa Catarina na região  
369 litorânea. Por causa destes motivos, o Comitê do Itajaí, segundo a conselheira, tinha  
370 interesse em realmente acompanhar mais de perto o processo por uma questão de  
371 aprendizagem, indicando a Professora Noêmia Bohn, Doutora em Direito e especialista em  
372 gestão de recursos hídricos, que seria representante da FURB, portanto, da sociedade civil.  
373 Em seguida o senhor Antônio Marinaldo Reinelli solicitou a palavra para dizer que  
374 poderiam ser votadas as Comissões que já têm um consenso, como a Comissão Executiva  
375 Regional do Paraná. Disse que o Comitê da Bacia do Rio Timbó e o Comitê da Bacia do  
376 Rio Canoinhas haviam sido consultados e não era preciso entrar logo nas regiões onde as  
377 discussões estavam mais acaloradas. O Secretário Executivo esclareceu então que estavam  
378 registrando aqueles que tinham interesse em determinada candidatura para depois colocar  
379 no quadro, visualizando os candidatos para o Conselho votar. O senhor Érico Porto Filho  
380 solicitou a palavra para pedir que sejam abertas mais quatro vagas nas comissões, pois no  
381 quadro constam apenas doze. O Secretário Executivo esclareceu dizendo que só apareciam  
382 doze porque a coluna das vagas da União foi retirada. Em seguida, o senhor Érico Porto  
383 Filho disse que como a questão não foi amplamente discutida, gostaria de saber como fazer  
384 a indicação de uma vaga para a sociedade civil, para a Região Hidrográfica do Atlântico  
385 Sul, onde existem nove Comitês de Bacias, seria, segundo o mesmo, um pouco injusto e  
386 não democrático. O Secretário Executivo disse então que não dependia da Diretoria de  
387 Recursos Hídricos nem da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

388 Ambiente, pois era uma metodologia aprovada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
389 sendo também os números definidos pelo referido Conselho. Prosseguiu expondo que a  
390 conselheira Beate Frank havia dito algo interessante: a Universidade Federal de Santa  
391 Catarina é da União, e como a União tinha direito a indicar quatro representantes, poderia  
392 indicar a Universidade Federal, sendo esta uma possibilidade da mesma pleitear vaga;  
393 talvez o mesmo pudesse ser aplicado à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. A  
394 conselheira Beate Frank esclareceu que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e  
395 Agronomia – CREA era uma autarquia federal onde a citada Associação tem assento,  
396 podendo pedir através daquele Conselho uma vaga da União. O Secretário Executivo tomou  
397 a palavra para dizer que estava sugerindo que fossem encontradas formas de aumentar ainda  
398 mais a participação catarinense. Abriu, então, a palavra para que mais interessados nas  
399 vagas se manifestassem e fosse feita a votação. O conselheiro Luis Henrique propôs que  
400 houvesse a participação do setor industrial no segmento de usuários, ficando indústria e  
401 agricultura no Atlântico Sul. Em seguida o conselheiro Jobson disse que a Associação de  
402 Aqüicultores e Piscicultores de Turvo e Região não era do poder público, era uma  
403 Associação do Município de Turvo, mas o Secretário Executivo esclareceu que era por falta  
404 de espaço na coluna correta. O conselheiro perguntou também se havia sido o Comitê de  
405 Bacia que havia indicado a referida Associação, sendo confirmado pelo Secretário  
406 Executivo e pelo próprio presidente do Comitê, senhor Paulo Cezar De Luca, que sim. O  
407 conselheiro Christian Caubet solicitou a palavra e disse parecer que a questão da  
408 candidatura da Federação de Entidades Ecologistas Catarinense já havia sido colocada de  
409 fora. Prosseguiu dizendo que queria examinar a argumentação, em particular da conselheira  
410 Beate Frank, que não sabe ele por quê, havia dito que o processo em discussão era  
411 relativamente de pouca importância e fazia tanta questão depois de se candidatar, pois se  
412 não o considerava importante, não deveria se candidatar para participar até o final deste  
413 ano. Prosseguiu falando que a afirmação de que os Comitês de Bacias são mais dinâmicos  
414 que a Federação que representa era um argumento que, dependendo do enfoque, se  
415 sustentava, mas lembrou que, por exemplo, quando representava a mesma Federação no  
416 governo anterior, neste mesmo Conselho, o que certa vez declarou foi negado para registro  
417 em ata pelo então Secretário, pois o mesmo não queria que a Federação de Entidades  
418 Ecologistas Catarinense declarasse coisa alguma. Assim, continuou, minimizar o papel da  
419 sociedade civil é uma coisa, dizer que vai passar por cima de uma norma jurídica para  
420 colocar um Comitê de Bacia no lugar da sociedade civil seria um passo que o conselheiro  
421 pensava que não deveria acontecer. A conselheira Beate Frank negou que tivesse  
422 apresentado o Comitê de Bacia como sociedade civil, mas o conselheiro Christian Caubet  
423 afirmou que a mesma poderia desmentir, mas poderia ser ouvido seu discurso novamente. O  
424 conselheiro afirmou que a conselheira Beate Frank havia dito que os Comitês de Bacias, em  
425 Santa Catarina em particular, representavam a sociedade civil. Novamente a conselheira  
426 Beate Frank negou esta fala, sendo apoiada por alguns dos presentes, e o conselheiro  
427 Christian Caubet apelou para a gravação, dizendo que iria constar na Ata e facilmente seria  
428 verificado o que a conselheira Beate Frank havia declarado. Em seguida manteve o pedido  
429 de candidatura, pela designação da sociedade civil, dizendo não entender porque os  
430 usuários tinham tantos representantes, em detrimento das outras categorias. Prosseguindo,



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

431 perguntou o que a Secretaria Executiva contava como sociedade civil e qual a entidade que  
432 havia sido cooptada pelos representantes dos Estados para ser sociedade civil em Santa  
433 Catarina. Em primeiro lugar o Secretário Executivo esclareceu que a Federação das  
434 Entidades Ecologistas Catarinense não havia sido eliminada, estava devidamente registrada  
435 sua candidatura para o segmento representação da sociedade civil na região do Atlântico  
436 Sul. Quanto às entidades cooptadas para representar a sociedade civil, o Secretário  
437 Executivo informou que não havia nenhuma, ninguém havia sido cooptado. Fazendo um  
438 esclarecimento, o Secretário Executivo disse que em cada um dos Comitês de Bacias  
439 catarinenses há o segmento que representa a população da bacia, o segmento que representa  
440 os usuários e o segmento que representa o poder público estadual e a União. O que se pediu  
441 é que o segmento correspondente de cada comitê indicasse o representante de cada região,  
442 não sendo dito em momento algum que o Comitê de Bacia era representante da sociedade  
443 civil, mas se ele havia falado, pedia desculpas. Disse também que entendia que a  
444 conselheira Beate também não falou isso. Passando aos encaminhamentos, o Secretário  
445 Executivo passou para o quadro da Região Hidrográfica do Paraná, onde era preciso indicar  
446 duas pessoas que fossem representantes do segmento da população da região. O Comitê da  
447 Bacia do Rio Canoinhas propôs que o representante fosse o senhor Estefanes Filho, da  
448 Associação de Municípios do Planalto Norte. O senhor Antonio Marinaldo Reinelli fez um  
449 aparte para informar que o senhor Estefanes faz parte da Associação Comercial e Industrial  
450 de Canoinhas e do próprio Comitê, por isso foi indicado; e que o Comitê da Bacia do Rio  
451 Timbó indicou o Instituto de Desenvolvimento Regional Eco-Iguaçu, uma Organização Não  
452 Governamental que atua na região. O Secretário Executivo perguntou se havia mais alguma  
453 candidatura, como ninguém se apresentou, o Conselho aprovou as duas apresentadas.  
454 Passando para a Região Hidrográfica do Atlântico Sul, o senhor Érico Porto Filho, como  
455 representante do Presidente do Comitê da Lagoa da Conceição, solicitou a palavra para  
456 subscrever sua candidatura para a vaga da União. O Secretário Executivo lembrou que o  
457 Conselho Estadual não tem a atribuição de definir os integrantes do segmento da União,  
458 mas nada impedia que fosse encaminhada a indicação como sugestão para a Secretaria  
459 Nacional, e que estava entendendo que o senhor Érico estava pedindo apoio, e, sendo assim,  
460 a Secretaria Executiva teria duas coisas a fazer: enviar correspondência oficial para a  
461 Coordenação Nacional dizendo quais são os representantes que competem no sistema  
462 estadual e fazer a sugestão de que a União, no caso da bacia do Atlântico Sul, indique como  
463 representante a Universidade Federal de Santa Catarina. Reforçou que paralelamente a  
464 Universidade Federal teria que mandar para a Secretaria Nacional este pleito, sendo apoiado  
465 pelo Conselho. O senhor Érico Porto Filho perguntou quantas eram as vagas para a União e  
466 o Secretário Executivo respondeu que eram quatro vagas. O conselheiro Ciro Loureiro  
467 Rocha lembrou que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos participou intensamente  
468 de toda a estruturação da legislação brasileira sobre recursos hídricos, tanto em nível federal  
469 quanto nos estados, participou efetivamente na elaboração da legislação brasileira, na  
470 discussão da estruturação da própria Agência Nacional de Águas, e, portanto, como não  
471 poderia deixar de ser, apresentava, naquele momento a inscrição para pleitear a vaga da  
472 sociedade civil na Comissão Executiva Regional do Atlântico Sul. O Secretário Executivo  
473 fez então um resumo das candidaturas: para o segmento representação da população no



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

474 Atlântico Sul estavam concorrendo a Federação de Entidades Ecologistas Catarinense, a  
475 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, a Associação Brasileira de Recursos  
476 Hídricos e a Fundação Universidade Regional de Blumenau; e para o segmento usuários da  
478 bacia estavam a Associação de Aqüicultores e Piscicultores de Turvo e Região, a  
479 Companhia de Água e Saneamento e a Federação das Indústrias do Estado de Santa  
480 Catarina. O senhor Cezar De Luca solicitou a palavra para dizer que os setores de usuários  
481 determinados foram o de saneamento e da agricultura, lhe parecia bem explícito que a  
482 Companhia de Água e Saneamento representava o setor de saneamento muito melhor que a  
483 Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. O Secretário Executivo esclareceu  
484 que a vaga cabe ao setor agropecuário e que a Federação das Indústrias de Santa Catarina  
485 também representa o setor agropecuário, portanto, poderia se candidatar. Depois de  
486 algumas discussões, o Conselho concluiu que a citada Federação não representa as  
487 agroindústrias. O Secretário Executivo falou, então, que o segmento determinado era o setor  
488 agropecuário. O conselheiro Tenente Venâncio pediu questão de ordem, pois gostaria de  
489 saber se a definição de que os representantes de usuários seriam dos setores de saneamento  
490 e agricultura ou poderia ser votada a proposição do conselheiro Luis Henrique de que  
491 ficasse, ao invés da agricultura o setor industrial, pois essa era a proposta inicial que o  
492 mesmo havia apresentado ao Conselho, e sem definir essa proposição a votação não poderia  
493 prosseguir. O Secretário Executivo informou que a articulação inicial, o que valia na  
494 Coordenação Nacional eram os números: dezesseis no máximo e doze no mínimo, e vinte e  
495 cinco por cento para cada segmento. Quanto à questão de quais setores dentro dos  
496 segmentos são fortes recomendações que poderiam ser alteradas pelo Conselho, pois  
497 compete a ele indicar os setores mais representativos dentro desses segmentos. Reforçou,  
498 no entanto, que havia uma justificativa junto à Coordenação Nacional de pôr representante  
499 desses setores, pois quando o Secretário Executivo teve que assessorar o Presidente do  
500 Conselho, pensou nas situações que estavam gerando problemas no dia-a-dia, e  
501 inevitavelmente pensou-se no conflito entre o setor usuário saneamento e a ricultura, que  
502 é muito maior que com o setor industrial. E foi por isso que foram solicitadas duas vagas  
503 para o setor usuário. O Secretário Executivo partiu então para os encaminhamentos,  
504 propondo que inicialmente fosse votado se seria representado o setor agropecuário ou o  
505 setor industrial. Em regime de votação, foram registrados apenas dois votos para setor  
506 industrial, permanecendo, então, o setor agropecuário. Como só havia a candidatura da  
507 Companhia de Águas e Saneamento e da Associação de Aqüicultores e Piscicultores de  
508 Turvo e Região, o Secretário Executivo declarou que não havia nada mais a ser votado. A  
509 conselheira Beate Frank perguntou quem seria o representante da Companhia, e o  
510 Secretário Executivo informou que a mesma ainda não havia indicado. O senhor Cezar de  
511 Luca solicitou a palavra para justificar a saída do conselheiro Osmar Silvério Ribeiro, que  
512 tinha reunião de Diretoria na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, e também  
513 para dizer que a sugestão da referida Companhia era de que o conselheiro representasse a  
514 Comissão, pois desta forma o Conselho também estaria na Comissão Executiva Regional. O  
515 Secretário Executivo falou, então, que era uma proposta, que deveria ser definida  
516 institucionalmente pela entidade. O conselheiro Sebastião Rosa solicitou a palavra para  
517 dizer que não havia entendido como havia sido a votação e quem havia ficado na



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

518 representação. O Secretário Executivo explicou que o Conselho havia votado se permanecia  
519 o setor industrial ou o setor agropecuário como usuário, e ganhou o setor agropecuário. O  
520 conselheiro Sebastião Rosa perguntou ainda se havia sido colocado em votação ou somente  
521 decidido. O Secretário Executivo prosseguiu explicando que havia sido colocado em  
522 votação momentos antes, tendo dois votos para o setor industrial e o resto para o  
523 agropecuário. O conselheiro Sebastião Rosa disse ainda que entendeu que era votação  
524 somente da primeira proposta, que era do setor industrial, e que pareceu a ele que não havia  
525 sido colocado em votação o setor agropecuário; e foi isso que havia gerado sua dúvida. A  
526 conselheira Beate Frank informou que foi por exclusão: se havia saído o setor industrial,  
527 ficaria automaticamente o setor agropecuário. O Secretário Executivo estava colocando o  
528 tema em votação de novo, quando o conselheiro Christian Caubet perguntou se ainda havia  
529 quorum. O Secretário Executivo lembrou que se tivessem onze conselheiros, ainda haveria  
530 quorum. Após a contagem, verificou-se a permanência de quatorze conselheiros. Repetindo  
531 a votação, o Secretário Executivo perguntou qual setor usuário que ficaria na Região  
532 Hidrográfica do Atlântico Sul: setor industrial ou setor agropecuário. Doze conselheiros  
533 votaram no setor agropecuário e dois conselheiros votaram no setor industrial. Desta forma,  
534 como não havia mais candidaturas, os representantes de usuários na Comissão Executiva  
535 Regional do Atlântico Sul foram a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e a  
536 Associação de Aqüicultores e Piscicultores de Turvo e Região. Passando para a votação do  
537 representante da população da bacia, na Região Hidrográfica do Atlântico Sul, o Secretário  
538 Executivo esclareceu que tinha apenas uma vaga e quatro candidaturas: a Federação de  
539 Entidades Ecologistas Catarinense, apresentada pelo conselheiro Christian Caubet, a  
540 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, apresentada pelo conselheiro Paulo Aragão,  
541 a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, apresentada pelo conselheiro Ciro Loureiro  
542 Rocha e a Fundação Universidade Regional de Blumenau, indicada pelo Comitê da Bacia  
543 do Rio Itajaí. Em regime de votação, foram totalizados quatro votos para a Associação  
544 Brasileira de Engenharia Sanitária, três votos para a Federação de Entidades Ecologistas  
545 Catarinense, quatro votos para a Fundação Universidade Regional de Blumenau e três votos  
546 para a Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Para o desempate, foi feita uma segunda  
547 votação, que totalizou nove votos para a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
548 quatro votos para a Fundação Universidade Regional de Blumenau e uma abstenção. A  
549 conselheira Beate Frank solicitou a palavra para dizer que, considerando que a sugestão  
550 inicial era de que houvesse a participação da Fundação Universidade Regional de  
551 Blumenau, por causa do Comitê do Itajaí, sugeriu que a Associação Brasileira de  
552 Engenharia Sanitária indicasse seu representante no referido Comitê, o engenheiro Rolando  
553 Córdova, da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí. O conselheiro Paulo Aragão  
554 ser comprometeu a levar a sugestão para a Diretoria da Associação. Passando então para a  
555 Comissão Executiva Regional do Rio Uruguai, o Secretário Executivo informou que para o  
556 segmento usuários da bacia só havia dois candidatos: a Companhia de Água e Saneamento,  
557 indicada pelo Comitê da Bacia do Rio das Antas, e a Associação de Avicultores, indicada  
558 pelo Comitê da Bacia do Rio do Peixe. O Secretário Executivo perguntou se haviam mais  
559 candidaturas, mas como não houve manifestações, ambas foram aprovadas. O senhor Érico  
560 Porto Filho questionou a ausência do setor energético, e o Secretário Executivo esclareceu



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

561 que o setor agropecuário tem todo o problema da suinocultura, no oeste catarinense, na  
562 bacia do Uruguai, é um problema fundamental, mais impactante que a questão das  
563 hidrelétricas, ao seu ver. Passando para o segmento representação da população, o  
564 Secretário Executivo informou que eram duas vagas e a Prefeitura de Ipumirim estava  
565 concorrendo a uma delas. Neste momento o conselheiro Christian Caubet contestou a  
566 candidatura da mesma, pois Prefeitura não é sociedade civil. O Secretário Executivo  
567 esclareceu que Prefeitura não é sociedade civil, correta colocação do conselheiro, mas em  
568 Santa Catarina a Lei fala em representação do segmento representantes da população, que  
569 fala claramente que estão incluídos os poderes executivo e legislativo municipal. Sendo  
570 assim, o Secretário Executivo deu prosseguimento, informando que havia quatro  
571 candidaturas para o segmento representação da população: Prefeitura Municipal de  
572 Ipumirim, indicada pelo Comitê do Rio Jacutinga, Universidade do Planalto Catarinense,  
573 indicada pelo Comitê do Rio Canoas, Associação Brasileira de Águas Subterrâneas e  
574 Associação Brasileira de Recursos Hídricos. A conselheira Beate Frank solicitou a palavra  
575 para se manifestar pela votação que havia ocorrido. Disse que como muitos dos grupos que  
576 votam no Conselho são engenheiros, e que existia um corporativismo que se percebeu entre  
577 as associações de engenharia, sugeriu que os conselheiros pensassem um pouco mais antes  
578 de votar, porque quem vive os problemas daquela região ou é a Universidade ou é a  
579 Prefeitura de Ipumirim. Disse ainda que embora haja engenheiros de recursos hídricos,  
580 engenheiros sanitaristas espalhados pelo Estado, que seria representado eram aqueles que  
581 estavam na capital. Concluindo, disse que se o Conselho defende a gestão descentralizada e  
582 participativa, deveria apoiar a participação nesse processo das pessoas daquela região. O  
583 conselheiro Lauro Zanatta solicitou a palavra para dizer que, se observado o mapa da bacia  
584 hidrográfica do Rio Uruguai, é possível perceber que a maioria daquele subsolo abrange o  
585 Aquífero Guarani, um dos maiores aquíferos do mundo. Concluiu dizendo que a  
586 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas tinha representantes morando no Oeste, e era  
587 por isso que tinha interesse em colocar um representante. A conselheira Beate Frank  
588 perguntou se a Associação já não estava na Comissão do Aquífero Guarani, mas o  
589 conselheiro afirmou que desconhecia o assunto. A conselheira disse a citada Associação  
590 estava nesta Comissão porque havia sido votada a inclusão da mesma na reunião ordinária  
591 do Conselho no ano anterior. O senhor Rui Batista Antunes esclareceu que a Associação  
592 fazia parte da Unidade Estadual do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Aquífero  
593 Guarani. O Secretário Executivo disse que a candidaturas e as ponderações estavam  
594 registradas, podendo se passar à votação. O conselheiro Tenente Valdez Venâncio  
595 perguntou quem seria o representante da Prefeitura de Ipumirim e o senhor Rui Batista  
596 Antunes informou que seria o engenheiro agrônomo Gilmar da Rosa, indicado oficialmente  
597 pelo Comitê. O conselheiro Ciro Loureiro Rocha fez um aparte, dizendo que na Associação  
598 Brasileira de Recursos Hídricos também existem geólogos, físicos, agrônomos, entre  
599 outros. O conselheiro Tenente Valdez Venâncio fez uso da palavra mais uma vez para dizer  
600 que sua preocupação era a mesma preocupação da conselheira. Não estava se descartando a  
601 importância de todas as entidades que estavam se manifestando, mas o que estava sendo  
602 apontado é que se realmente teria a representação que mais espelharia a vontade da  
603 sociedade civil naquela região; era nesse sentido que ele acreditava que tinha sido a



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

604 colocação da conselheira e era naquele sentido que ele próprio estava pensando. O senhor  
605 Rui Antunes informou que o representante indicado da Universidade do Planalto  
606 Catarinense era a professora Lúcia Helena Baggio Martins. O conselheiro Christian Caubet  
607 perguntou de qual cadeira era a professora, pois dada a importância dessa representação, era  
608 importante saber que tipo de matéria ela ministrava na faculdade. A conselheira Beate  
609 Frank informou que a professora Lúcia era socióloga e trabalhava diretamente com a  
610 comunidade. O senhor Rui Antunes informou que a professora fez todo o trabalho de  
611 mobilização da sociedade para a criação do Comitê da Bacia do Rio Canoas, ela deu o  
612 passo inicial para a criação do Comitê. O Secretário Executivo informou que o presidente  
613 do referido Comitê, que fez a indicação, estava presente e poderia dar maiores  
614 esclarecimentos. O conselheiro Christian Caubet disse que havia pedido uma informação  
615 que já conseguiu, que nem sempre era irônico e agradecia pela informação repassada. O  
616 senhor Cosme Polese agradeceu a oportunidade e disse que enquanto estava indo ao  
617 microfone a informação sobre a professora já havia sido repassada. Disse ter a certeza e a  
618 convicção de que a participação da mesma no processo será um ganho para todos. O senhor  
619 Rui Antunes perguntou se havia mais alguma manifestação a ser feita, pois no momento já  
620 eram cinco horas e a pauta não havia terminado. O conselheiro Jobson perguntou de onde  
621 ficava próximo o Município de Ipumirim e o senhor Rui respondeu que era próximo de  
622 Concórdia. Em vista disso, o conselheiro sugeriu a inclusão da Associação de Municípios  
623 do Alto Uruguai Catarinense. O senhor Rui Antunes disse então que o senhor Roberto  
624 Kurtz Pereira, que é representante titular no Conselho, participa do Consórcio Lambari, a  
625 entidade que criou o Comitê Jacutinga e que indicou o representante. Desta forma, ele  
626 acredita que a Associação já sabe e concorda com a indicação do Comitê. O Secretário  
627 Executivo então passou para os encaminhamentos. O conselheiro Paulo Aragão perguntou  
628 como seria feita a votação, e após algumas discussões, foi decidido que seria votado duas  
629 vezes, uma vez para cada vaga. Colocando em regime de votação, houve uma certa  
630 confusão, tanto para os conselheiros votarem quanto para a contagem. Por isso, decidiu-se  
631 fazer voto nominal, sendo totalizados, na votação para a primeira vaga seis votos para a  
632 Universidade do Planalto Catarinense, três votos para Associação Brasileira de Águas  
633 Subterrâneas, três votos para Associação Brasileira de Recursos Hídricos, um voto para a  
634 Prefeitura de Ipumirim e uma abstenção. Desta forma, a primeira vaga ficou para a  
635 Universidade. Em seguida foi realizada a segunda votação, que teve cinco votos para a  
636 Prefeitura Municipal, um voto para a Associação Brasileira de Recursos Hídricos e sete  
637 votos para a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, ficando esta última com a  
638 segunda vaga para representação da população. Em seguida, o Secretário Executivo  
639 informou que na Comissão Regional Executiva do Rio Uruguai eram apenas os Estados do  
640 Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e por causa disso era possível indicar uma outra  
641 entidade do governo estadual para fazer parte daquela Comissão. A entidade que havia sido  
642 cogitada era a FATMA, mas estava aberta a palavra para consideração dos presentes. O  
643 senhor Antonio Marinaldo Reinelli sugeriu que fosse incluída a Prefeitura Municipal de  
644 Ipumirim, mas o Secretário Executivo reforçou que os poderes executivo e legislativo  
645 municipal são representantes da população e não podem ser incluídos no referido segmento.  
646 A conselheira Beate Frank perguntou se a Secretaria não poderia indicar, mas o Secretário



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

647 Executivo reforçou que teria que ser do mesmo segmento, como, por exemplo, a FATMA.  
648 A conselheira declarou que seria interessante a participação do representante regional da  
649 citada Fundação. O conselheiro Silvio Thadeu de Menezes sugeriu que fosse alguém da  
650 Secretaria da Agricultura. A conselheira Beate Frank propôs que o Conselho sugerisse que  
651 a EMBRAPA/Concórdia fizesse parte da Comissão como representante da União. O  
652 Secretário Executivo perguntou se o Conselho acatava a sugestão e como não houve  
653 manifestações contrárias, a sugestão foi aceita. O senhor Edgar Bittencourt, em nome do  
654 Comitê da Bacia do Rio do Peixe, indicava a Professora Doralice, da  
655 EMBRAPA/Concórdia, para fazer parte da Comissão. O conselheiro Christian Caubet  
656 perguntou quem designaria os representantes da União, e o Secretário Executivo informou  
657 que seria a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. Um dos presentes perguntou se seria  
658 possível indicar uma Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Secretário Executivo  
659 disse que sim. O senhor Rui, então, totalizou três candidaturas: a Fundação do Meio  
660 Ambiente, a Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural e a Secretaria de  
661 Desenvolvimento Regional. O Secretário Executivo chamou a atenção para o fato de que  
662 deveria já ser indicada qual das Secretarias Regionais, pois tinham muitas na região. Foi  
663 levantada a possibilidade de participação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão  
664 Rural, e o Secretário Executivo disse que entendia que deveriam ser entidades que fazem  
665 parte do sistema, que estivesse representada no Conselho Estadual. Disse ainda julgar  
666 interessante a participação da Fundação do Meio Ambiente, que tem uma série de  
667 problemas de ordem de poluição das águas que terão que resolver depois, especialmente  
668 para a outorga de lançamento. O senhor Rui então reforçou que tinham três inscrições e  
669 que, se não houvesse mais nenhuma, poderia ser feito o encaminhamento. O Secretário  
670 Executivo, no entanto, colocou que tinha ficado em dúvida se realmente seria possível  
671 indicar uma Secretaria Regional, pois se tinha que ser uma entidade do Sistema, que tivesse  
672 representação no Conselho, também não seria possível indicar uma Secretaria Regional. O  
673 senhor Antônio Marinaldo Reinelli explicitou que a formação das Secretarias Regionais é  
674 muito ampla e em algumas, a Gerência de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio  
675 Ambiente não conta com um funcionário sequer que entenda da questão ambiental, pois é  
676 muito mais voltada para a área social e, uma representação dessas não ajudaria. O  
677 conselheiro Jobson retirou a proposta, mas sugeriu que, independente de qual instituição  
678 fosse participar, que indicasse seu representante no Comitê da Bacia do Rio Jacutinga.  
679 Desta forma, as candidaturas existentes eram da Secretaria de Estado da Agricultura e  
680 Política Rural e da Fundação do Meio Ambiente. Em regime de votação, foram apurados  
681 quatro votos para a Fundação, nove votos para a Secretaria e uma abstenção. O Secretário  
682 Executivo declarou, então, que encaminharia ofício pedindo que a Secretaria indicasse seu  
683 representante no Comitê da Bacia do Jacutinga. Concluída essa etapa, o Secretário  
684 Executivo resolveu, em função de naquele momento ser cinco horas e dez minutos, deixar  
685 as apresentações programadas para o fim. O senhor Antônio Marinaldo Reinelli perguntou  
686 se o Presidente voltaria. O Secretário Executivo disse, então, que prosseguiria a pauta, pois  
687 ele disse que viria, mas ainda não tinha aparecido e ele, Secretário Executivo, não tinha o  
688 que fazer, pois não poderia responder pelo Secretário. Dando prosseguimento, o Secretário  
689 Executivo informou que não havia mais nada a deliberar, exceto, se fosse o caso, a questão





**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

690 que se refere ao Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai – Pró  
691 Rio Uruguai e Aquífero Guarani, um decreto do Poder Executivo Estadual, que nada tem a  
692 ver com o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É o modelo catarinense de um  
693 programa feito no Rio Grande do Sul, pelo governo estadual, através de um decreto para  
694 criá-lo, incluindo todas as Secretarias de Estado que atuam na região, com o objetivo de  
695 promover o desenvolvimento sustentável da região da bacia do Rio Uruguai e Aquífero  
696 Guarani. Não é um projeto de recursos hídricos, mas como era a Secretaria quem estava  
697 enviando para algumas entidades, que fazem parte do Conselho, para que fizessem suas  
698 indicações, acabou originando algumas confusões. A Secretaria Executiva gostaria apenas  
699 de apresentar uma proposta ao Conselho em relação a este Programa. Para que ele  
700 efetivamente funcione, será criado um Conselho Consultivo, e a sugestão é de que a  
701 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente inclua neste  
702 Conselho Consultivo os presidentes dos Comitês de Bacias da região, por uma questão de  
703 justiça. Lembrou ainda que os Comitês existentes são dos rios Canoas, Peixe, Jacutinga e  
704 Antas, e logo estará instalado o Comitê do rio Chapecó. O senhor Antônio Marinaldo  
705 Reinelli perguntou se os Comitês que estavam na área do Aquífero Guarani estavam fora, e  
706 o Secretário Executivo esclareceu que o Programa era da Bacia do Rio Uruguai. O senhor  
707 Rui Antunes informou que o referido Programa já tinha um Conselho Diretor criado, com  
708 vinte e seis entidades representadas, que será lançado em Lages pelo Secretário do  
709 Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente. Depois disso será criado o Conselho  
710 Consultivo, e é dentro deste Conselho que os presidentes de Comitês poderiam ser  
711 incluídos. O Secretário Executivo gostaria de saber então se os conselheiros concordavam  
712 que esta sugestão fosse encaminhada como proposição do Conselho. Todos concordaram.  
713 Em seguida o Secretário Executivo fez os informes acerca das resoluções que o Conselho  
714 fez no ano passado. Iniciou informando que a resolução que pleiteava ao Conselho  
715 Nacional que os recursos da cobrança pelo uso da água nas usinas geradoras de energia, que  
716 estão sendo pagos e recolhidos pela Agência Nacional de Água, retorne ao Estado, às bacias  
717 de origem para financiar os Comitês correspondentes. As usinas seriam Bracinho, que  
718 retornaria seus recursos para o Comitê do Itapocu; Palmeiras, para o Comitê do Itajaí;  
719 Machadinho e Itá, para os Comitês da região do Uruguai. Depois da resolução  
720 encaminhada, o Secretário Executivo fez a defesa pessoalmente em Brasília, que foi bem  
721 recebida pelos outros Estados. Prosseguiu dizendo que este Conselho foi o primeiro que se  
722 posicionou em relação a isso, e que a Câmara Técnica de Aspectos Institucionais e Legais,  
723 encaminhou a resolução à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. De acordo  
724 com as informações que havia chegado, a Consultoria analisou mas antes de pronunciar-se  
725 decidiu pedir o parecer jurídico da Agência Nacional de Água, que ainda não se  
726 pronunciou. Disse ainda que provavelmente não seria obtido exatamente o desejado, mas  
727 era uma forma de forçar o pronunciamento. Dando seqüência aos informes, o Secretário  
728 Executivo informou que todos receberam cópia de uma Proposta de Recomendação,  
729 referente a utilização da cobrança de 0,75% do valor da energia produzida por usinas  
730 hidrelétricas. Informou ainda que era representante dos Conselhos Estaduais de Recursos  
731 Hídricos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e por isso participava da Câmara  
732 Técnica de Cobrança, que em sua última reunião teve como um dos pontos de pauta os



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

733 critérios para utilização dos 0,75% da cobrança pelo setor elétrico. Nesta reunião o  
734 Secretário Executivo ficou sabendo que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tinha  
735 enviado uma correspondência para todos os presidentes dos Comitês de rios de domínio da  
736 União para perguntar quais eram os critérios de prioridades que tinham para utilizar aqueles  
737 recursos. E em todo orçamento, que é prioritário para Agência Nacional de Água no  
738 próximo ano falava sempre de planos de bacias e atividades em rios de domínios da União.  
739 Por isso ele propôs a recomendação que todos tinham em mãos, pois em Santa Catarina e  
740 no Rio Grande do Sul, que têm, por exemplo, usinas ao longo do Rio Uruguai, não contam  
741 com um Comitê do Rio Uruguai, sendo ambos prejudicados pelo que estava sendo  
742 proposto. Como o Conselho Nacional não pode se dirigir diretamente aos Comitês  
743 Estaduais, foi proposto, então, que a Câmara Técnica de Cobrança recomendasse que o  
744 Conselho Nacional enviasse correspondência aos Conselhos Estaduais, solicitando que  
745 indiquem quais os critérios que têm com respeito à utilização desses recursos. Desta forma  
746 os Conselhos Estaduais terão que consultar os Comitês correspondentes para definir estes  
747 critérios. Também foi solicitado que fosse recomendado tanto para o Conselho Nacional  
748 quanto para Secretaria Nacional, que é a responsável pelas articulações políticas que têm  
749 que modificar o Plano Pluri-Anual da União, para modificar a linha prioritária que diz:  
750 “financiamento de planos de bacias de rios de domínio da União”, para “financiamento de  
751 planos de bacias hidrográficas”, isso para permitir que sejam feitos com esses recursos os  
752 planos das bacias do rio Canoas, do rio do Peixe, que fazem parte do Uruguai, mas são  
753 bacias estaduais que estão também contribuindo para a geração desse 0,75% em Itá e  
754 Machadinho. O Secretário Executivo informou ainda que em relação a esse assunto,  
755 recebeu uma consulta da Secretaria Executiva do Conselho Nacional, para saber se  
756 autorizava que as propostas fossem encaminhadas para a Câmara Técnica de Assuntos  
757 Legislativos, Institucionais e Legais, pois é ela que analisa e envia para o Conselho.  
758 Obviamente que este trâmite foi autorizado. O conselheiro Ciro Loureiro da Rocha pediu a  
759 palavra para dizer que, salvo estar enganado, os recursos obtidos pela compensação  
760 financeira foram transformados em cobrança pelo uso da água em geração, e perguntou se  
761 esses valores já tinham quarenta e cinco por cento de reajuste. O Secretário Executivo disse  
762 que o conselheiro estava se referindo à compensação financeira, que tem uma taxa de seis  
763 por cento do valor da energia gerada, dividido em quarenta e cinco por cento para os  
764 Estados, quarenta e cinco por cento para os Municípios e dez por cento distribuídos entre o  
765 Ministério da Ciência e Tecnologia e a Agência Nacional de Água. Além disso, a Lei que  
766 cria a Agência acrescentou 0,75%, sendo definido como cobrança pelo uso da água para  
767 gerar energia elétrica, sendo recolhido automaticamente pela Agência Nacional de Energia  
768 Elétrica e repassado para a Agência Nacional de Água. No entanto, continuou o Secretário  
769 Executivo, esses recursos foram contingenciados, e somente agora os recursos foram  
770 descontingenciados. O senhor Antônio Marinaldo Reinelli falou que no caso de Porto União  
771 e uma parte de Irineópolis, toda a margem do rio Iguaçu do lado catarinense pertence ao  
772 Comitê do Rio Timbó, e são muito atingidas pela represa de Foz do Areia, do Estado do  
773 Paraná. Prosseguiu informando que por isso são chamados nas reuniões da Companhia  
774 Paranaense de Eletricidade para participar como representantes dos Comitês que são  
775 contribuintes de águas no Iguaçu, pois a qualidade de água do Timbó é bastante boa e



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

776 contribui no melhoramento da água que a Companhia de Saneamento do Paraná usa. O  
777 Secretário Executivo agradeceu a lembrança e disse estar tranquilo por ter feito uma  
778 proposta genérica. Continuando os informes, disse que a resolução que pedia que os  
779 Comitês de Bacias fossem constituídos em fóruns utilizados pela Secretaria Executiva do  
780 Projeto Microbacias 2 para discutir os assuntos que vão ter alguma incidência depois na  
781 melhoria de quantidade e qualidade da água. A Secretaria Executiva do Projeto já recebeu,  
782 mas foi lembrado que seria interessante que os presidentes de Comitês tomassem a  
783 iniciativa de solicitar à Secretaria Executiva do Microbacias uma apresentação no  
784 respectivo Comitê. Reforçou ainda que somente agora o projeto estava começando de fato,  
785 já que todos os projetos com o Banco Mundial são muito burocráticos, são muito  
786 demorados, mas uma vez que se iniciam, arrancam. Depois deste ponto, passou para os  
787 informes sobre a Legislação de Recursos Hídricos Catarinense. O Secretário Executivo  
788 explicou que quando o Conselho aprova um texto de lei, ele deve ser encaminhado à Casa  
789 Civil, para que depois o Executivo encaminhe à Assembléia Legislativa. Dentro da  
790 Secretaria de Estado da Casa Civil há toda uma burocracia que deve ser cumprida, e que é  
791 realmente demorada. Além disso, em março houve a mudança de Secretário tanto naquela  
792 Pasta quanto nesta Secretaria. Assentadas as mudanças, surgiram inúmeras dúvidas quanto  
793 a diversos capítulos da lei. Inicialmente questionaram a criação de Agência de Bacia, pois o  
794 Estado não pode criar agências reguladoras. Esclarecido isso, veio a questão de definir o  
795 órgão gestor, e a proposta inicial era a criação de um órgão específico, do Departamento  
796 Estadual de Recursos Hídricos. Mesmo gostando da idéia, o Executivo retirou do projeto a  
797 criação do Departamento, pois estava negociando a modificação do pacto federativo e não  
798 poderia cometer a imprudência de encaminhar um projeto deste tipo no momento por não  
799 ter como financiá-lo. Desta forma, a Secretaria teria que assumir o papel do órgão gestor, e  
800 foi negociada a inserção de uma cláusula que autorizasse a Secretaria para, quando tivesse  
801 recursos, contratar oito técnicos na área, para que assumissem as funções. No entanto, pelos  
802 mesmos motivos, não foi possível fazer essa inserção. A seguir veio uma série de minúcias,  
803 de revisão de aspectos jurídicos, que foram encaminhados em uma reunião com o Diretor  
804 de Assuntos Legislativos que foi realizada nesta Secretaria. Depois a Secretaria de Estado  
805 da Casa Civil pediu que todo o processo fosse reunido em um único projeto, não mais  
806 apresentar de forma separada a Política e o Sistema. O pedido foi atendido, segundo o  
807 Secretário Executivo, por saber que se o Conselho havia aprovado o Sistema devia haver  
808 acordo em relação à política. Terminou sua fala dizendo que o Governador provavelmente  
809 já tinha assinado o projeto e em breve estaria na Assembléia Legislativa. O senhor Rui  
810 Antunes explicou que o Projeto de Lei revogaria as Leis nº 9748, 9022 e a 6739, que criou o  
811 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Desta forma, zeraria tudo e o Projeto criaria uma  
812 legislação específica de recursos hídricos, incluindo sistema, cobrança, Conselho, entre  
813 outros. A conselheira Beate Frank perguntou se havia sido juntado o que na época não  
814 pôde, e o senhor Rui Antunes disse que sim, e que depois repassaria o número do Projeto de  
815 Lei. Também tinham a intenção de colocar o projeto de Lei na página da Secretaria para  
816 que todos tenham acesso, pois o resultado de todo o processo era muito recente, tendo  
817 chegado o produto final somente no dia anterior, o que impossibilitou a distribuição a todos.  
818 O Secretário Executivo disse que tão logo recebesse a informação de que estava assinado



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

819 pelo Governador, enviaria para os conselheiros. A conselheira Beate Frank disse, então, que  
820 poderia ser enviado antes ainda, ao que o Secretário Executivo concordou, para que os  
821 conselheiros e os Comitês de Bacias pudessem fazer sua parte, trabalhar com os deputados.  
822 Disse ainda que o processo demorou, custou muito trabalho, mas finalmente estava para ser  
823 assinada pelo Governador. O conselheiro Paulo Aragão reclamou que todas as informações  
824 que foram repassadas poderiam ter sido enviadas antes, pois os conselheiros foram  
825 chamados para aprovar a questão do Plano Nacional, mas não sabiam de nada, foram  
826 questionados pelos colegas, por seus pares e não sabiam onde estava tramitando o Projeto  
827 de Lei. Por isso sugeriu que a Secretaria Executiva fizesse um informe pela internet, com  
828 informações quinzenais, mensais, munindo os conselheiros de informações o mais rápido  
829 possível. O Secretário Executivo acatou, disse que o senhor Érico Porto Filho já havia  
830 sugerido e o presidente do Comitê da Bacia do Rio Canoas, de certa forma, também. Disse  
831 que teriam que encontrar a forma de resolver a falha de comunicação. O senhor Antônio  
832 Marinaldo Reinelli pediu a palavra para informar que o Comitê da Bacia do Rio Timbó  
833 estava sem recursos, existem quinhentos mil reais no orçamento, mas não são liberados, e  
834 não era uma quantia tão gigantesca. Se houvesse vontade, o governo estadual poderia  
835 liberar algum recurso para os Comitês. Disse também que tinha obtido a informação de que  
836 nenhum convênio poderia ser feito, mas que teria que cobrar do Presidente do Conselho,  
837 não mais dos técnicos. Disse também que na Secretaria de Estado da Fazenda ganhava  
838 recursos quem “berrasse mais alto”, e era por isso que seria necessário acertar com todos  
839 que pudessem ajudar, para chegar até o governador. O Secretário Executivo disse que a  
840 situação era incoerente com o que havia sido dito no início da atual gestão, mas ao menos  
841 foi providenciada a inclusão dos quinhentos mil reais para manutenção e fortalecimento dos  
842 Comitês, não para o financiamento dos planos de bacias. Esclareceu também que os  
843 Comitês que enviam projeto não tem garantia alguma de liberação de recursos, mas sem  
844 projetos não há a menor possibilidade. Informou que antes do Secretário Bráulio se desligar  
845 desta Secretaria, havia solicitado à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos  
846 Hídricos que elaborasse um critério de distribuição destes quinhentos mil reais. Desta  
847 forma, o Secretário Executivo informou que foi prevista uma quantia mínima suficiente  
848 para a manutenção da Secretaria Executiva dos Comitês. Como o Secretário Executivo  
849 sabia que um dos trabalhos do Comitê era estar trabalhando de cidade em cidade, para  
850 envolver todos nas discussões, foi previsto um acréscimo proporcional ao número de  
851 municípios inseridos em cada Comitê. O então Secretário Bráulio aprovou e este foi o  
852 critério definido; no entanto, depois disso receberam a informação, pela Secretaria da  
853 Fazenda, de que as finanças do Estado não estavam bem porque havia diminuído a  
854 arrecadação. Alguns dos presentes se manifestaram, dizendo que esta informação não era  
855 verdadeira. O Secretário Executivo disse que estava apenas repassando a informação, que  
856 gostaria que o Presidente do Conselho estivesse presente para fazer maiores  
857 esclarecimentos. Disse ainda que a Diretoria estava fazendo tudo que estava ao seu alcance  
858 e que achava muito válido o que havia sido levantado pelo presidente do Comitê do Rio  
859 Timbó, dos demais Comitês e pelos conselheiros, que poderiam chegar ao Governador,  
860 trabalhando em frentes diversas. O senhor Rui Antunes ressaltou que os projetos estão  
861 sendo aceitos, aqueles que já haviam sido encaminhados já estavam com os pareceres



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

862 técnicos prontos, ficando mais fácil de viabilizar os recursos, e de cobrar a liberação dos  
863 mesmos. Reforçou que, além dos quinhentos mil reais, existiam recursos no orçamento para  
864 custear projetos, planos de bacias hidrográficas, entre outros. O conselheiro Christian  
865 Caubet solicitou a palavra para dizer que a indicação para as Comissões Executivas  
866 Regionais aconteceriam dentro de uma semana e ele não sabia qual seria o meio jurídico  
867 que o governador usaria para designar os representantes, e por isso pedia que tão logo fosse  
868 decidido, ficasse acessível no sítio da Secretaria e, em complementação de informação,  
869 colocasse nesse mesmo sítio os nomes com as referentes ocupações dessas pessoas, para  
870 que fosse possível entrar em contato com os mesmos. Disse ainda que interessava ver, em  
871 função da bacia onde vão estar, do tipo de problema que vão ter, orientar outras pessoas que  
872 vão fazer contato com os representantes. O Secretário Executivo esclareceu ao conselheiro  
873 Christian Caubet que não seria o governador, mas sim o Presidente do Conselho, que  
874 informaria diretamente para a Secretaria Nacional os nomes dos representantes. A  
875 conselheira Beate Frank pediu a palavra para lembrar e informar aos conselheiros que os  
876 Comitês estavam organizando uma reunião para tratar de assuntos de interesse comum, com  
877 o objetivo de fazer uma melhor articulação entre todos. Informou que a reunião aconteceria  
878 no dia vinte de julho, no Município de Treze Tílias. Sugeriu que todos os Comitês  
879 encaminhassem seus projetos antes dessa data, para que na reunião possam iniciar uma luta  
880 coletiva, pois a conselheira disse perceber que quando se trata de recursos, cada Comitê de  
881 Bacia vai fazer as coisas sozinho, e essa atitude enfraquece a luta coletiva, que é bem mais  
882 interessante. A conselheira perguntou também sobre um encaminhamento da questão de  
883 urgência que ela havia trazido na reunião ordinária do Conselho do dia quatorze de agosto  
884 do ano passado. A questão era sobre uma deliberação do Comitê do Itajaí, acerca de Salto  
885 Pilão e, após várias discussões, com sugestões, acatadas posteriormente, do senhor Canali e  
886 do conselheiro Christian Caubet, ficou registrado em ata que “O Secretário Executivo  
887 reuniu as ponderações e sugeriu, em suma, que o Conselho aceitaria o pedido do Comitê e  
888 encaminharia ofício à ANEEL exigindo que fosse feita a articulação com o Estado para a  
889 outorga. O Conselho aprovou a solicitação e o encaminhamento da mesma.”. A conselheira  
890 Beate Frank prosseguiu dizendo que o conselheiro Luis Henrique havia colocado a Câmara  
891 Técnica Ambiental da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina à disposição  
892 para negociação com o empreendedor. Pediu então, que informassem a ela quais as  
893 providências que tinham sido tomadas e que fossem encaminhadas por escrito à Comissão  
894 de Acompanhamento do Comitê, conduzida pelo senhor Germano Emílio Purnhagem, do  
895 Município de Rio do Sul, pois seria muito importante para fortalecer o trabalho desse  
896 grupo. A conselheira informou ainda que ainda é muito grande a pressão sobre esse grupo,  
897 que todas as entidades que fazem parte do Comitê foram colocadas sob pressão por esse  
898 empreendimento e era somente no Conselho que o Comitê do Itajaí poderia obter o apoio  
899 necessário. O Secretário Executivo informou que tinha sido enviado o alerta para a  
900 Fundação do Meio Ambiente, que não poderia fazer o licenciamento ambiental sem ter a  
901 outorga. A conselheira disse então que isto era um dos pedidos, o outro era de que houvesse  
902 uma articulação entre a União e o Estado. O Secretário Executivo informou então que após  
903 a reunião foi percebido que não correspondia à Agência Nacional de Energia Elétrica fazer  
904 a outorga, mas como era uma concessão, foi encaminhada a solicitação via Fundação do



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

905 Meio Ambiente. A conselheira então expôs que o problema não era a concessão energética,  
906 mas sim a outorga de uso da água. O Secretário Executivo disse então que o pleito foi  
907 encaminhado à Fundação do Meio Ambiente, alertando que o referido empreendimento não  
908 poderia sair sem uma consulta da Agência Nacional de Águas para o Estado em relação à  
909 outorga da água. Disse que isso foi feito porque a Fundação estava negociando com a  
910 Agência Nacional de Energia Elétrica, mas de qualquer forma, se não havia sido enviado, a  
911 Secretaria Executiva do Conselho estava em falta e deveria fazer. O senhor Antônio  
912 Marinaldo Reinelli informou que estaria fazendo “plantão” no gabinete do Presidente do  
913 Conselho no dia seguinte, pois gostaria de ter uma posição quanto à liberação dos recursos,  
914 e estaria disposto a ir à Secretaria de Estado da Casa Civil, da Fazenda, onde fosse  
915 necessário. A conselheira Beate Frank disse então que ele poderia ir representando todos os  
916 Comitês de Bacias. O senhor Antônio Marinaldo Reinelli disse que mais alguém poderia ir  
917 com ele, mas a conselheira disse para que ele fosse e fosse em nome dos Comitês em geral.  
918 O conselheiro Reinaldo Di Bernardi pediu a palavra para explicar a atual situação financeira  
919 do Estado. Disse que todos sabiam que o governo federal foi obrigado a fazer superávit, e  
920 conseqüentemente contingenciou todos os recursos que estavam previstos e estão previstos  
921 no orçamento, que são empenhados pelas Secretarias de Estado no início do ano e que  
922 depois não vêm. Por causa deste contingenciamento, o Estado deixou de receber uma  
923 quantia significativa de diversas fontes, como por exemplo: do Seguro Receita, recebia por  
924 quadrimestre 48 milhões e recebe agora 31 milhões; do Fundo de Participação dos Estados  
925 recebia 158 milhões e passou a receber 107 milhões; do IPI recebia 80 milhões e passou a  
926 receber 54 milhões; nas Transferências da União recebia 347 e passou a receber 264. Desta  
927 forma, o Estado tem um déficit financeiro de 250 milhões, sendo obrigado a fazer um  
928 contingenciamento em todos os órgãos do Estado de aproximadamente 535 milhões, para a  
929 União fazer o superávit que precisava. O conselheiro prosseguiu informando que quando se  
930 faz incentivo à exportação, o exportador fica isento de ICMS e se credita do ICMS, tem  
931 direito a um crédito proporcional do ICMS, ou seja, a Secretaria de Estado da Fazenda fica  
932 devendo às empresas aquele valor. Por isso o Governador chamou todos os Secretários de  
933 Estado, fez reunião com os coronéis da Polícia Militar que estavam em greve, para explicar  
934 que não havia condições de acontecer liberação financeira. O senhor Antonio Marinaldo  
935 Reinelli pediu a palavra mais uma vez para reforçar a necessidade de todos estarem fazendo  
936 pressão junto ao Governador, para que este faça junto ao Governo Federal, visando a  
937 liberação dos recursos. O Secretário Executivo informou que havia realizado uma reunião  
938 na Secretaria de Estado da Fazenda para que fosse respeitada a vinculação do recurso que  
939 entra pela compensação financeira para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O senhor  
940 Antônio Marinaldo Reinelli informou que tão logo obtivesse uma resposta, estaria  
941 repassando aos demais Comitês. Dado o avançado das horas, o Secretário Executivo  
942 informou que os demais itens da pauta seriam cancelados, para que pudessem acontecer  
943 com a presença do máximo de pessoas possíveis. Agradecendo a presença de todos, a  
944 reunião foi encerrada, da qual o Secretário Executivo lavrou a presente ata que, após lida e  
945 aprovada será assinada por ele e pelo Presidente deste Conselho. Florianópolis, vinte e dois  
946 de junho de dois mil e quatro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO**  
**AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 22/06/2004**

**SERGIO JOSÉ GODINHO**  
Presidente do CERH

**HÉCTOR RAÚL MUÑOZ ESPINOSA**  
Secretário Executivo